

## CYBERBULLYING NO CONTEXTO ESCOLAR: A PERCEÇÃO DOS PROFESSORES

Fabrine Niederauer Flôres <sup>1</sup>; Danielle Machado Visentini <sup>1</sup>; Suane Pastoriza Faraj <sup>1</sup>; Aline Cardoso Siqueira <sup>1</sup>

### RESUMO

O objetivo do estudo foi compreender a concepção dos professores sobre o *cyberbullying* e as estratégias utilizadas no enfrentamento dessas situações na escola. É um estudo exploratório de abordagem qualitativa. O campo empírico da pesquisa foi constituído de entrevistas semiestruturadas realizadas com seis professores de uma escola pública de Ensino Fundamental e Médio do interior do Rio Grande do Sul. Após análise das entrevistas, duas categorias foram originadas, quais sejam: Violência extramuros da escola: percepção dos professores e Ações de enfrentamento e combate ao *cyberbullying* desenvolvidas pela escola. Foi possível identificar as fragilidades existentes na escola, referentes à efetividade na resolução da problemática da violência, na visão dos professores. Ressalta-se a importância de uma formação inicial e continuada para os profissionais que atuam diretamente com os envolvidos a fim de que as intervenções nesse aspecto sejam mais bem-sucedidas.

**Palavras-chave:** violência; *cyberbullying*; professores

### Cyberbullying in the school context: teachers' perceptions

#### ABSTRACT

The aim of the study was to understand the teachers' conception of cyberbullying and the strategies used to deal with these situations at school. It is an exploratory study with a qualitative approach. The empirical field of the research consisted of semi-structured interviews carried out with six teachers from a public elementary and high school in the interior of Rio Grande do Sul state. After analyzing the interviews, two categories were created, namely: Violence outside the school: teachers' perception and Actions to cope and fight cyberbullying developed by the school. It was possible to identify the existing weaknesses in the school, referring to the effectiveness in solving the problem of violence, in the teachers' view. It emphasizes the importance of initial and continuing education for professionals who work directly with those involved, so that interventions in this aspect are more successful.

**Keywords:** violence; cyberbullying; teachers

### Cyberbullying en el contexto escolar: La percepción de los profesores

#### RESUMEN

El objetivo del estudio fue comprender la concepción de los profesores sobre el *cyberbullying* y las estrategias utilizadas en el enfrentamiento de esas situaciones en la escuela. E trata de un estudio exploratorio de abordaje cualitativo. El campo empírico de la investigación se constituyó de entrevistas semiestruturadas realizadas con seis profesores de una escuela pública de Enseñanza Primaria y Secundaria del interior do Rio Grande do Sul. Tras el análisis de las entrevistas originaron dos categorías denominadas: Violencia extramuros de la escuela: percepción de los profesores y Acciones de enfrentamiento y combate al *cyberbullying* desarrolladas por la escuela. Fue posible identificar las fragilidades existentes en la escuela, referente a la efectividad en la solución de la problemática de la violencia, en la mirada de los profesores. Se pone de relieve la importancia de una formación inicial y continuada para los profesionales que actúan directamente con los abarcados con la finalidad de que las intervenciones en ese aspecto sean logradas.

**Palabras clave:** violencia; *cyberbullying*; profesores

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Maria – Santa Maria – RS – Brasil; [fabrinenflores@gmail.com](mailto:fabrinenflores@gmail.com); [daniellemvisentini@gmail.com](mailto:daniellemvisentini@gmail.com); [suanef@yahoo.com.br](mailto:suanef@yahoo.com.br); [alinecsiq@gmail.com](mailto:alinecsiq@gmail.com)



## INTRODUÇÃO

Construída socialmente, a violência tem sido um fenômeno evidente na sociedade, assumindo variadas intensidades conforme a estrutura social em que ela está inserida. Configura-se como um fenômeno complexo, com múltiplas causas e de ordem sociopolítica, com impactos na saúde pública, afetando o bem-estar individual e coletivo (Minayo, 2013; Stelko-Pereira & Willians, 2010).

O ambiente escolar, por ser o espaço principal de convívio entre pares, pode se tornar um contexto de risco para situações de violências. Essas, por sua vez, se apresentam como um dos principais problemas da educação contemporânea (Wendt, Campos, & Lisboa, 2010). Até pouco tempo, as violências ficavam apenas entre os muros da escola, porém, com o advento da tecnologia e a potencialização das redes sociais, a violência também vem ocorrendo de forma *on-line*, sendo denominada de *cyberbullying* (Camacho, Hassanein, & Head, 2013).

Embora na literatura não exista um consenso a respeito da definição do *cyberbullying* (Wendt & Lisboa, 2014), ele ganha a conotação de ser uma nova forma de expressão do *bullying*, com suas particularidades. Sendo assim, o *cyberbullying* pode ser caracterizado como manifestações de agressões, por meio do uso de recursos eletrônicos, como computadores e celulares. Ocorre a partir de atos de violência psicológica e sistemática praticados nas redes sociais, através de postagem de texto, fotos e vídeos que têm a intenção de causar dano a outra pessoa (Ferreira & Deslandes, 2018; Seixas, Fernandes, & Morais, 2016).

Diferentemente do *bullying*, no qual a agressão fica restrita, na maioria das vezes ao ambiente escolar, o *cyberbullying* é uma violência compartilhada com um número imensurável de pessoas nas redes sociais e meios virtuais. Assim, na contemporaneidade, as práticas de *cyberbullying* se propagam através das tecnologias de informação e comunicação (TICs), ficando mais difícil prevenir e combater essas práticas, já que o lugar em que ocorrem não possui delimitação de espaço. Trata-se de uma violência que ultrapassa os limites escolares. No entanto, muitas vezes, essas agressões foram iniciadas com o *bullying* dentro da escola, sendo transferido para as redes sociais alcançando, assim, maior proporção de espectadores (Wendt & Lisboa, 2014).

Outra peculiaridade do *cyberbullying* é o caráter permanente das agressões virtuais, uma vez que o conteúdo das ofensas pode ser assistido, compartilhado ou arquivado por qualquer outra pessoa, em qualquer período de tempo. Além disso, essas formas de agressão podem ser mais intensas, posto que, os envolvidos nessa dinâmica podem utilizar perfis e contas falsas para praticarem o ato (Azevedo, Miranda, & Souza, 2012).

Ademais, a prática do *cyberbullying* mediante as TICs recebe um aspecto de flexibilidade, sendo que vítima e agressor podem realizar de forma mais simples, uma inversão de papéis. Outro aspecto, relacionado a essa prática, é a facilidade que essa ferramenta oferece para a sucessão dos atos violentos, aumentando assim a magnitude desse fenômeno (Azevedo, Miranda, & Souza, 2012).

Muitas crianças e adolescentes vêm vivenciando situações de *cyberbullying*, conforme um estudo realizado com 1534 estudantes do Ensino Fundamental de escolas públicas de diferentes cidades do país. A pesquisa apontou que 37% dos participantes já haviam se envolvido em situações de violência virtual. Dentre essas, o envio de mensagens ofensivas através de celular e internet foi a que mais predominou seguido por “fingir ser a pessoa”, ameaças, publicação de vídeos em que ridiculariza o outro e que contém xingamentos (Stelko-Pereira et al., 2018).

As consequências dessas ações podem ter uma gravidade intensa, pois a saúde mental dos envolvidos se encontra fragilizada, sendo, muitas vezes, acometidos por tristeza e pensamentos/ações suicidas. A depressão, a fobia social, a ansiedade e a baixa autoestima são outros possíveis efeitos diante da vivência do *cyberbullying* (Azevedo, Miranda, & Souza, 2012; Schreiber & Antunes, 2015).

Nesse cenário, no ano de 2018 entrou em vigor a Lei nº 13.663, a qual alterou o art. 12 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes de Bases e Educação, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz nas escolas. As escolas têm o dever legal de abordar a problemática do *cyberbullying*, a partir de ações que visem ao enfrentamento do fenômeno.

O papel da escola, que inclui as ações de professores e de toda a equipe, é orientar os alunos para o uso responsável e ético da tecnologia. É importante refletir com os alunos a respeito dos conteúdos que costumam postar e compartilhar nas redes sociais. Os alunos devem ser informados que postagens de preconceito, intolerância e que denigrem a imagem de uma colega podem trazer consequências legais. Nesse sentido, devem ser alertados sobre os tipos de crimes praticados de forma virtual e que o anonimato e a menoridade não os isentam de responsabilidades e de punições caso cometam atos ilícitos, conforme previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Silva, 2010).

Outro documento que preconiza a prevenção de situações de violência no ambiente escolar é a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O documento, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), tem caráter normativo, visa orientar os currículos e propostas pedagógicas das escolas públicas e privadas do Brasil e

preconiza que as escolas devem contemplar as competências socioemocionais em seus currículos. O desenvolvimento de competências socioemocionais contribui para a educação integral do aluno, podendo prevenir violência na escola (Silva, 2020), como o *cyberbullying*.

Nesse sentido, é importante que os professores possam estar atentos e preparados para auxiliar os alunos a lidar com situações de *cyberbullying*; mais do que isso, que possam trabalhar na prevenção da violência virtual. No entanto, encontra-se uma barreira bem consistente nesse sentido, os professores se sentem despreparados e inseguros para trabalhar com esse fenômeno (Lanzillotti & Korman, 2018). Considerando a formação continuada, as informações sobre *cyberbullying*, as ações que contemplem não apenas os professores, mas toda a equipe escolar, podem contribuir para a minimizar essa problemática (Almeida, 2014; Lanzillotti & Korman, 2018).

Um estudo realizado com 118 estudantes de ensino superior em Portugal evidenciou que observar comportamentos dos alunos e alertar sobre os perigos das tecnologias são ações que podem ser desenvolvidas pelos professores visando à prevenção do *cyberbullying*. Não obstante, essas possibilidades, os alunos mencionaram a quase inexistência de estratégias de enfrentamento e prevenção do fenômeno por parte dos professores, reforçando ainda mais a importância de pensar essa problemática no contexto da educação (Souza, Simão, & Caetano, 2014). Nessa mesma perspectiva, o estudo de Bozza e Vinha (2017) buscou analisar programas educativos no cenário nacional e internacional que trabalhassem em prol da prevenção e intervenção de *cyberbullying* nas escolas. Verificou que mundialmente, há programas que foram desenvolvidos com o intuito de prevenir situações de violência no espaço virtual. Eles podem ser utilizados por professores, técnicos escolares, familiares e até mesmo os próprios alunos. Entretanto, programas dessa natureza são escassos ou inexistentes no contexto brasileiro. Diante da relevância do tema na contemporaneidade, este estudo tem como objetivo conhecer a concepção de professores acerca do fenômeno do *cyberbullying* e as estratégias utilizadas no enfrentamento dessas situações de violência no ambiente escolar.

## MÉTODO

### Delineamento e participantes

Trata-se de um estudo qualitativo de cunho exploratório. Participaram seis professores de uma escola pública de Ensino Fundamental e Médio de uma cidade no interior do Rio Grande do Sul. Os critérios de inclusão foram: ser professor do Ensino Fundamental ou Ensino Médio de uma escola pública. Não teve critérios de exclusão. Dos seis informantes, três eram homens e três eram mulheres, com idades variadas e tempo

de atuação em sala de aula por mais de dez anos. No momento da entrevista, quatro eram professores de sala de aula e dois eram da diretoria e coordenação do Ensino Fundamental.

### Instrumentos

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais, com questões que contemplaram a concepção dos professores sobre *cyberbullying* e as estratégias de enfrentamento utilizadas pela escola no combate ao fenômeno. Um gravador de voz digital foi utilizado para a coleta dos discursos, e os participantes serão identificados pela letra "P" seguida de um número caracterizando a individualidade e o anonimato.

### Procedimentos e aspectos éticos

O estudo atendeu aos princípios éticos da pesquisa com seres humanos, conforme as Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi registrado na Plataforma Brasil e submetido ao Comitê de Ética com seres humanos de uma Universidade Federal, o qual aprovou a realização deste estudo através do CAEE 65897817.5.0000.5346. Os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A amostra foi constituída por conveniência, considerando que os professores que foram convidados a participar da pesquisa, pertenciam à escola na qual já havia sido feita uma pesquisa com os estudantes. As entrevistas foram realizadas na própria escola, durante o turno destinado às reuniões de professores, tendo duração de cerca 40 minutos.

### Análise dos dados

Para a análise das entrevistas foi utilizada a análise de conteúdo conforme Bardin (2010). Duas categorias foram elencadas a partir da análise das entrevistas transcritas intituladas de: Violência extramuros da escola: percepção dos professores e Ações de enfrentamento e combate ao *cyberbullying* desenvolvidas pela escola.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Violência extramuros da escola: percepção dos professores

Esta categoria aborda a percepção dos professores sobre o *cyberbullying*. Apresenta também o papel da escola, as intervenções necessárias e possíveis no âmbito escolar diante do fenômeno, na visão dos profissionais da educação.

A maioria dos participantes do estudo afirmou conhecer situações de *cyberbullying* envolvendo os alunos da escola. Segundos os professores, os casos aconteceram nas redes sociais, a partir de discursos de ódio, ofensas, comentários pejorativos e distorção de imagens. Isso pode ser observado nas falas: "Sim, eu tenho conhecimento de situações que já aconteceram. Nunca visualizei, mas tenho conhecimento, pois os

professores comentam que existe, né?” (P4), “Já, já. A gente já teve problemas com ambiente virtual, com grupo de *WhatsApp*, que os alunos criam para falar de outros alunos (P5), o P3 também disse já ter escutado dos alunos:

Já aconteceu aqui sim, entre alunos (...) eu ouvi comentários de que na rede social havia postado fotos ou comentários (...) muito daquele discurso de ódio, da ofensa mesmo. Em grupos de *WhatsApp* também acontece e a gente ouvi comentários a respeito disso né? (P3)

A partir do avanço da tecnologia, o cyberbullying é um fenômeno bastante frequente na população infanto-juvenil, em decorrência do crescente uso da internet (Wendt & Lisboa, 2014). A partir dos relatos, pode-se identificar um entendimento dos professores acerca do cyberbullying que representa atos de violência psicológica e sistemática praticados nas redes sociais, por meio de publicações de mensagens de texto, fotos, vídeos, entre outras ferramentas, que tem a intensão de causar dano à outra pessoa de maneira hostil e repetida (Brown, Jackson & Cassidy, 2006; Ferreira & Deslandes, 2018; Shariff, 2011). O estudo de Lanzillotti e Korman (2018) também evidenciou que grande parte dos docentes compreendiam o fenômeno e identificavam diferentes modalidades de cyberbullying, descritos na literatura sobre esse assunto, entre elas: divulgação de informações falsas, vídeos contendo informações privadas ou íntimas, envio de mensagens ofensivas e ameaçadoras. Dessa forma, pode-se inferir que os profissionais da educação têm conhecimento sobre o cyberbullying, o que pode possibilitar a implementação de ações de prevenção e enfrentamento do fenômeno.

Os profissionais entrevistados acreditavam que diante de situações de cyberbullying as instituições de educação deviam realizar intervenções. Nesse sentido, apontaram que as escolas têm o papel de educar, orientar e conscientizar os alunos a respeito da problemática, como pode ser observado nos relatos:

Acho que a escola (...) O papel principal da escola é educar. Então a todo momento (...) se a escola presenciar, ouvir falar ou receber alguma informação [sobre casos de *cyberbullying*] a escola tem que orientar e corrigir para que isso não aconteça com o consentimento da escola, digamos assim (P1).

Eu acho que o papel da escola é mais de conscientizar mesmo. Até porque a função da equipe toda, de professores e direção é de formar os alunos, formar a consciência do aluno no âmbito de aprendizagem (...) saber o que é certo e o que é errado e que há limites entre isso (P3).

Para os participantes, as escolas devem ter regras claras a respeito da entrada de equipamentos eletrônicos, como celulares e computadores. Atuar na conscientização e prevenção até mesmo das situações de violência que ocorrem com o uso das tecnologias no contexto familiar e social. Esse dado está de acordo com o que é esperado da escola nas situações de cyberbullying. O papel das instituições de educação é de orientação a respeito do uso ético e responsável das redes sociais, bem como as consequências legais do uso incorreto das tecnologias (Silva, 2010). Além disso, os computadores disponibilizados pelas escolas devem ter nas suas telas avisos informando aos alunos quais as atitudes que são permitidas e quais não são aceitas dentro do âmbito escolar, tendo como objetivo educar os alunos sobre a ética e o comportamento assertivo no uso das tecnologias e redes virtuais (Goebert et al., 2010; Walker, 2010). A educação que os profissionais entrevistados mencionaram pode ser pensada a partir do que Caetano et al. (2016) mencionaram como a importância de desenvolver nas crianças e nos adolescentes uma “efetiva cidadania digital” (p. 209), baseada na utilização consciente, crítica e informada das tecnologias contemporâneas.

Todos os entrevistados mencionaram o professor como sendo o principal responsável pelas orientações éticas e cidadãs oportunizadas aos alunos. Verbalizaram que o docente tem o papel de prevenir as atitudes violentas dos alunos, através dos ensinamentos em sala de aula com a exposição de temas que trazem as regras básicas de convivência social e respeito aos direitos do outro. Conforme Silva et al. (2013), os professores constituem-se em modelos de comportamento social para os alunos, ao passo que, o modo como os docentes se posicionam diante de diversas situações em sala de aula, incluindo as de violências, influencia os estudantes acerca das formas de interagir entre si e sobre como devem se posicionar diante de agressões praticadas contra seus pares. Assim, considera-se que o posicionamento dos professores com relação a essas situações de violência seja predeterminante para uma interação mais saudável entre os alunos na vida escolar e pessoal.

A respeito das intervenções que os entrevistados consideraram necessárias e possíveis no âmbito escolar para o enfrentamento das situações de cyberbullying, destacaram-se: o diálogo com os estudantes envolvidos, a comunicação da situação aos familiares e o diálogo com pais/cuidadores. Na percepção dos profissionais, a oferta de palestras, filmes e teatros sobre o tema à comunidade escolar também são alternativas possíveis para o combate à violência. Na percepção dos entrevistados: “Acho que a primeira [intervenção] é a conversa. Conversa com os envolvidos, tanto com o agressor, quanto com quem está sofrendo a violência. Comunicar o pai tanto do agressor, quanto de quem está sofrendo a violência

(...)” (P1), “Então, é uma conversa com o aluno, com os pais, com os responsáveis, visando uma maneira sempre mais humana de resolver [o conflito]” (P2), “(...) ter essa comunicação com os pais ou responsáveis e trazer eles para o meio escolar. Que eles também são protagonistas, que estejam mais presentes no dia a dia da escola” (P3), “eu acho que palestras, trazer pessoas de fora para falar sobre o tema, fazer trabalhos de interação entre os alunos (...) eu acho que isso ajuda bastante” (P4), “e eu acho que a escola tem um papel fundamental, porque ela pode trabalhar com palestras, com teatro, trazendo filme, trazendo alguém pra conversar com eles, psicólogos pra conversar, enfim” (P6).

Os profissionais da educação apontaram a importância do trabalho conjunto entre a família e a escola, o que vai ao encontro do recomendado na literatura diante de situações de violência envolvendo crianças, adolescentes e jovens (Caetano et al., 2016; Wendt & Lisboa, 2013) Conforme Arón e Milic (2000), as atuações que visam à diminuição da violência englobam eventualmente palestras, capacitações e grupos de discussões, mas devem priorizar a dedicação dos atores envolvidos no âmbito escolar, em especial com as ocupações de ensinar e aprender. Além disso, faz-se necessário o desenvolvimento de um clima positivo na escola, assim como uma cultura colaborativa, mediadora e que compartilham a resolução dos problemas, ou seja, o trabalho em equipe.

Nesse sentido, percebe-se que as ações citadas pelos professores entrevistados se tornam relevantes para se estabelecer uma consciência reflexiva e empática nas interações das crianças e dos adolescentes. Por outro lado, parece pouco efetiva a longo prazo, pois depende das habilidades sociais e de compreensão das crianças e adolescentes em particular. Nesse sentido, acredita-se que intervenções mais efetivas e de longo prazo, consistem no desenvolvimento de ações específicas sobre o tema, desenvolvidas por profissionais capacitados. Além disso, que sejam realizadas de forma periódica e contínua, envolvendo todos os integrantes da escola.

#### **Ações de enfrentamento e combate ao cyberbullying desenvolvidas pela escola**

Essa categoria engloba o conhecimento dos professores sobre as ações de enfrentamento e combate ao *cyberbullying* desenvolvidas pela escola. Também contempla o conhecimento sobre a legislação específica vigente.

A respeito das intervenções e ações desenvolvidas pela escola para o enfrentamento e combate ao *cyberbullying*, os professores entrevistados afirmaram não existir projetos específicos para esse fim. Isso pode ser evidenciado nos relatos: “Não, nós não temos um projeto específico, assim (...) pensado pra prevenção, não temos” (P1), “Não, não tem nenhum projeto voltado

ao *cyberbullying*. Não, não tem nada” (P5), “Então não tem nenhum projeto escrito, bonitinho, mas é aquele fazer diário do professor” (P4),

Olha, eu desconheço projetos assim (...) mas o que posso dizer é que esse assunto é abordado de forma integrada né? Quando ocorre algum fato [de bullying ou cyberbullying] é discutido de forma integrada entre professores e equipe diretiva (P3).

O estudo de Cardoso et al. (2017) sobre intervenções voltadas para o *cyberbullying* evidenciou 10 estratégias sendo desenvolvidas em diferentes países nos últimos três anos, a fim de prevenir ou enfrentar o fenômeno no âmbito escolar. As ações foram divididas em três grupos: estratégias de intervenção que podem ser aprendidas e aplicadas pelos próprios alunos de forma autônoma; estratégias de intervenção aplicadas pela equipe escolar; e, estratégias de intervenção aplicadas por professores e outros profissionais. O primeiro grupo referiu-se às intervenções que podem ser aprendidas e aplicadas pelos próprios estudantes, através de vídeos psicoeducativos sobre *cyberbullying*. No segundo grupo, as ações consistiam em treinamentos voltados para pais, professores e alunos sobre o *cyberbullying*, englobando formas de lidar com o fenômeno. O terceiro grupo contemplava atuações conjuntas de profissionais da saúde e professores, sendo esses treinados pelos primeiros. O estudo indicou que apesar das publicações atuais a respeito de intervenções voltadas para a prevenção e o enfrentamento de *cyberbullying*, ainda não existe um instrumento ou estratégia recomendada na literatura que possa ser utilizada como intervenção diante desses atos de agressividade. Apontou também a necessidade de investimento nos estudos a respeito de estratégias de enfrentamento do *cyberbullying*, a fim de aprimorá-las e validá-las para diferentes populações.

Alguns professores entrevistados, numa tentativa de justificar as violências ocorridas no âmbito escolar e a ausência de intervenções continuadas nessas situações, apontaram dificuldades estruturais, falta de recursos humanos, carência de capacitação e ausência do apoio do estado. Lanzillotti e Korman (2018), por meio de uma pesquisa sobre a tema, evidenciaram que docentes não possuíam informações suficientes para intervir em casos de *cyberbullying*, destacando a necessidade de treinamento específico para atuar nos casos. Os autores sugeriram oficinas de treinamento, folhetos informativos, espaços para consultas e protocolos de intervenção especificamente projetado e orientado como formas de ofertar informações para os professores e contribuir com a prevenção do fenômeno.

A partir desse cenário, os docentes que participaram do presente estudo destacaram a parceria entre a escola e universidade como um recurso na tentativa de minimizar as violências ocorridas e como possibilidade

de desenvolvimento de estratégia preventiva no âmbito escolar. Na percepção de um entrevistado, “o curso de Psicologia poderia contribuir, em termos de formação desses futuros profissionais, [oferecendo] estágios e projetos aqui na escola” (P2). É importante considerar que a universidade pode desenvolver pesquisas, projetos de extensão que visem auxiliar às escolas diante das suas necessidades e demandas específicas, como o *cyberbullying*, no entanto, as instituições de educação têm o dever social e legal de serem protagonistas no combate à violência.

Um participante apontou: “E eu acho que a escola tem um papel fundamental, porque ela pode trabalhar com palestras, com teatro, trazendo filme, trazendo alguém pra conversar com eles, psicólogos pra conversar, enfim” (P6). Diante da ausência de projetos específicos acerca da prevenção da violência, de acordo com os professores, a escola realiza algumas intervenções nos casos de *cyberbullying*, dentre elas: aborda o tema na sala de aula, encaminha os alunos para a direção e/ou supervisão da escola; realiza uma conversa com os alunos sobre uma situação ocorrida e solicita a presença dos pais na escola, a fim de informar a situação. Nesse sentido, é importante considerar como indicativo de proteção uma atitude de supervisão e orientação por parte dos pais e/ou responsáveis de crianças e adolescentes, a fim de acompanhar o que os filhos utilizam na internet, com quem conversam, como ocorre a comunicação e quanto tempo permanecem na internet (Wendt & Lisboa, 2013). As intervenções citadas pelos docentes são as mesmas citadas como necessárias e possíveis no âmbito escolar para o enfrentamento das situações de *cyberbullying*.

O estudo de Souza, Simão e Caetano (2014) evidenciou a partir de percepção de estudantes do primeiro ano do Ensino Superior, três formas de intervenção realizada pelos professores diante do *cyberbullying*: primária, secundária e terciária. A intervenção primária estava relacionada a observar o comportamento dos alunos, assim como, dialogar, interagir, orientar para os riscos das tecnologias. A secundária englobava prestar apoio às vítimas de *cyberbullying*, buscar compreender a situação de violência, ofertar informações acerca das medidas necessárias diante de uma situação de *cyberbullying* e incentivar a denúncia. A terciária refere-se a entrar em contato com os pais e ou responsáveis, envolver a comunidade escolar e contatar apoio profissional. Nesse sentido, pode-se inferir que os professores que participaram do presente estudo, utilizavam algumas dessas intervenções, englobando as três formas. No entanto, diante da complexidade do fenômeno, as intervenções não podem ser de responsabilidade apenas dos professores, pelo contrário, devem ser desenvolvidas pela Instituição escolar, envolvendo toda a comunidade escolar, conforme preconizado na Lei nº 13.663.

Em relação à legislação específica, a maioria dos entrevistados verbalizaram não ter conhecimento de leis que contemplam a temática. A falta de conhecimento revelada pela maioria dos profissionais da educação a respeito da legislação pode estar relacionada a falta de projetos específicos de prevenção e combate ao *cyberbullying*. A referida legislação que entrou em vigor no ano de 2018 alterou o art. 12 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz nas escolas. A lei não indica as formas de ações de conscientização e prevenção no combate às violências. No entanto, preconiza a cultura da paz. De acordo com a Resolução 53/243 de 1999, a paz pode ser promovida na área da educação a partir de algumas medidas como: ensinamentos sobre valores, atitudes, comportamentos e estilos de vida que possibilitam que as crianças sejam autônomas na resolução de seus conflitos por meios pacíficos, exercitando o respeito para com o outro, a tolerância e a não discriminação.

Estudos vêm apontando a necessidade de envolver toda a comunidade escolar nas ações de enfrentamento e combate às violências no contexto escolar (Caetano et al., 2016; Faria & Martins, 2016; Silva, 2010; Wendt & Lisboa, 2013). Além disso, ressaltaram a importância dessas ações serem continuadas e contemplarem informações (Lanzillotti & Korman, 2018; Silva, 2010), assim como promoverem o desenvolvimento de algumas habilidades, dentre elas, empatia, resolução de conflito, compreensão das suas emoções e das emoções dos outros, gestão de suas próprias emoções, liderança, proatividade para lidar com o *cyberbullying* (Caetano et al., 2016).

Considera-se que, para o enfrentamento do *cyberbullying*, as instituições de educação precisam reconhecer a existência do fenômeno, para assim terem a consciência de que este tipo de violência pode trazer danos ao desenvolvimento socioeducacional dos alunos. Também se faz necessária a capacitação dos profissionais sobre o tema (Lanzillotti & Korman, 2018), envolvimento de toda a comunidade escolar (pais, alunos, professores, gestores, secretários e auxiliares) e a articulação com órgãos da rede de proteção da criança e do adolescente, preconizado no ECA (Silva, 2010), no qual não foi citado pelos professores que participaram do estudo, sendo o fenômeno pensado apenas no âmbito escolar e familiar. No entanto, sendo um tipo de violência que envolve crianças e adolescentes, deve ser notificado aos órgãos competentes e as intervenções serem realizadas em rede (Brasil, 1990).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os objetivos propostos para o estudo,

foi possível conhecer a concepção de professores acerca do fenômeno do *cyberbullying* e as estratégias utilizadas no enfrentamento dessas situações de violência no ambiente escolar. Também foi possível identificar as fragilidades existentes nesse contexto, no que tange à efetividade na resolução da problemática da violência, na visão dos professores.

Diante do que foi exposto, é possível inferir que situações de violência continuam a ser uma problemática no ambiente escolar. Ressalta-se a importância de uma formação inicial e continuada para os profissionais que atuam diretamente com os alunos, a fim de que as intervenções nesse aspecto sejam efetivas. Ações dessa natureza oportunizariam o conhecimento sobre o *cyberbullying* enquanto um tipo de violência escolar, bem como uma sensibilização para desenvolver maior competência na identificação, prevenção e intervenções junto à problemática da violência.

Para maximizar o efeito das ações preventivas, torna-se necessária uma atuação conjunta de diversos setores tanto do âmbito escolar como também externo à escola. Acredita-se ser fundamental articular ações com governo estadual, municipal e profissionais da rede de apoio educacional e da rede de saúde, além da comunidade escolar, pais e alunos. A formação continuada deve ser baseada nas legislações nº 13.663 de 2018 e nº 8.069 de 1990. Deve também, englobar informações acerca de desenvolvimento humano, habilidades sociais e comunicação não violenta, na busca de subsidiar os profissionais que atuam diretamente com o fenômeno do *cyberbullying*. Além desse aprendizado, deve-se auxiliar no protagonismo da comunidade escolar no que se refere a estratégias e ações para o enfrentamento das violências que acometem esse cenário, contribuindo assim para que as relações entre os alunos sejam mais saudáveis e menos excludentes.

Desse modo, acredita-se que instrumentalizar os professores, capacitando-os para intervir, assim como fomentar ações de prevenção e de enfrentamento ao *cyberbullying*, sejam estratégias eficazes de combater as violências no contexto escolar. Do mesmo modo que o envolvimento de todos os atores da comunidade escolar na prevenção e combate às violências poderá favorecer relações interpessoais mais saudáveis e colaborativas, partindo do princípio do compartilhamento da responsabilização e participação de todos.

O *cyberbullying* é um fenômeno atual que traz impacto negativo considerável na vida dos envolvidos, principalmente nas vítimas. Apesar da existência de estudos que visam compreender a complexidade do fenômeno, há muito a ser investigado a respeito de estratégias de enfrentamento do *cyberbullying*. Sendo assim, torna-se importante que novas pesquisas e projetos nessa temática sejam realizados nos ambientes escolares contemplando o maior número de partici-

pantes da comunidade escolar, a fim de se obter uma visão mais ampla do panorama atual da prevenção de violência nesse contexto. Além disso, faz-se necessária a elaboração e implementação de políticas públicas para o enfrentamento do problema e não apenas como uma responsabilidade da unidade escolar.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, A.T. (2014). Recomendações para a prevenção do *cyberbullying* em contexto escolar: uma revisão comentada dos dados da investigação. *Revista de Educação, Ciência e Cultura* 19(1).
- Arón, A. M.; Milicic, N. (2000). Climas sociales tóxicos y climas nutritivos para el desarrollo personal en el contexto escolar. *Revista Psykhé*, 9(2), 117-124. Recuperado de: <http://www.psykhe.cl/index.php/psykhe/article/view/445/424>
- Azevedo, J. C.; Miranda, F. A.; Souza, C. H. M. (2012). Reflexões acerca das estruturas psíquicas e a prática do *cyberbullying* no contexto da escola. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 35(2), 247-266. <https://doi.org/10.1590/S1809-58442012000200013>
- Bardin, L. (2010). *Análise de conteúdo* (4ª Ed.). Lisboa, PO: Edições 70.
- Bozza, T. C. L.; Vinha, T. P. (2017). Quando a violência virtual nos atinge: os programas de educação para a superação do *cyberbullying* e outras agressões virtuais. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 12(3), 1919-1939. <https://doi.org/10.21723/riae.v12.n.3.2017.10369>
- Brown, K.; Jackson, M.; Cassidy, W. (2006). *Cyberbullying: Developing policy to direct responses that are equitable and effective in addressing this special form of bullying*. *Canadian Journal of Educational Administration and Policy*, 57(1), 1-35.
- Caetano, A. P.; Freire I.; Simão, A. M. V.; Martins, M. J. D.; Pessoa, M. T. (2016). Emoções no *cyberbullying*: Um estudo com adolescentes portugueses. *Educação e Pesquisa*, 42(1), 199-212. <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201603138125>
- Camacho, S.; Hassanein, K.; Head, M. (2013). The impact of *cyberbullying* on users' continuance intention: the roles of perceived *cyberbullying* severity and coping mechanisms. *ECIS. Research in Progress*.
- Cardoso, N. O.; Landenberger, T.; Bastos, A.; Bernardi, C.; Argimon, I. I. (2017). Estratégias de Enfrentamento e Intervenção no *Cyberbullying* – Uma Revisão Sistemática. *Perspectivas em Psicologia: Revista de Psicología y Ciencias Afines*, 14(1), 7-17. Recuperado de: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=483555393001>.
- Decreto de Lei Nº. 8.069/1990. (1990). *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. *Diário Oficial da União Seção I (16-07-1990)*, p. 13563.
- Decreto de Lei Nº. 13.663/2018. (2018). *Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da*

- cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Diário Oficial da União Seção I (15-05-2018), p. 1.*
- Faria, C. S., Martins, C. B. G. (2016). Violência entre adolescentes escolares: condições de vulnerabilidades. *Enfermeria Global*, 15(42), 157-170. [http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1695-61412016000200007&lng=es&tlng=pt](http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1695-61412016000200007&lng=es&tlng=pt).
- Ferreira, T. R. S. C.; Deslandes, S. F. (2018). *Cyberbullying: Conceituações, dinâmicas, personagens e implicações à saúde. Ciência & Saúde Coletiva*, 23(10), 3369-3379. <https://doi.org/10.1590/1413-812320182310.13482018>.
- Goebert, D.; Else, I.; Matsu, C.; Chung-Do, J.; Chang, J. Y. (2010). The Impact of *Cyberbullying* on substance use and mental health in a multiethnic sample. *Maternal and Child Health Journal*, 8(1), 1-5.
- Lanzillotti, A. I.; Korman, G. P. (2018). Conocimiento e identificación del *cyberbullying* por parte de docentes de Buenos Aires. *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, 23(78), 817-839. Recuperado de: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1405-66662018000300817&lng=es&tlng=es](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-66662018000300817&lng=es&tlng=es).
- Minayo, M. C. S. (2013). Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. In K. Njaine, S. G. Assis; P. Constantino. (Eds.), *Impactos da Violência na Saúde* (21-42). Rio de Janeiro: EAD/ENSP.
- Organização das Nações Unidas (1999). *Resolução 53/243*. Dispõe sobre Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz. Recuperado de: <http://www.comitepaz.org.br/download/Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20uma%20Cultura%20de%20Paz%20-%20ONU.pdf>.
- Schreiber, F. C. de C.; Antunes, M. C. (2015). *Cyberbullying: De lo virtual al psicológico. Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 35(88), 109-125. Recuperado de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-711X2015000100008&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2015000100008&lng=pt&tlng=pt).
- Seixas, S.; Fernandes, L.; Morais, T. de. (2016). *Bullying e Cyberbullying em idade escolar. Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 7(1-2), 205-210. Recuperado de: <http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/rpca/article/view/2409/2568>.
- Shariff, S. (2011). *Cyberbullying: Questões e soluções para a escola, a sala de aula e a família*. Porto Alegre, RS: ArtMed.
- Silva, M. M. C. da. (2020). *O desenvolvimento de componentes socioemocionais como forma de prevenção ao bullying na escola: uma análise das competências gerais da BNCC* (Trabalho de conclusão de curso de graduação). Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Cruz Alta, RS.
- Silva, A. B. B. (2010). *Bullying: Mentres perigosas nas escolas*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Souza, S. B.; Simão, A. M. V.; Caetano, A. P. (2014). *Cyberbullying: Percepções acerca do fenômeno e das estratégias de enfrentamento. Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(3), 582-590. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201427320>
- Stelko-Pereira, A. C.; Williams, L. C. de A. (2010). Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. *Temas em Psicologia*, 18(1), 45-55. Recuperado de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2010000100005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100005&lng=pt&tlng=pt).
- Stelko-Pereira, A. C.; Williams, L. C. de A. (2013). Como eu defino violência na escola? In: L. C. de A. Williams; A. C. Stelko-Pereira. (Eds.). *Violência Nota Zero: Como aprimorar as relações na escola* (pp. 18-26). São Carlos: EdUFSCar.
- Stelko-Pereira, A. C.; Brito, R. M. de S.; Batista, D. G.; Gondin, R. de S.; Bezerra, V. M. (2018). Violência virtual entre alunos do ensino fundamental de diferentes estados do Brasil. *Psicologia da Educação*, (46), 21-30. <https://doi.org/10.5935/2175-3520.20180003>.
- Walker, H. M. (2010). Relational Aggression in Schools: Implications for future research on screening intervention and prevention. *School Psychology Review*, 39(4), 594-600.
- Wendt, G. W., Campos, D. M.; Lisboa, C. S. de M. (2010). Agressão entre pares e vitimização no contexto escolar: bullying, cyberbullying e os desafios para a educação contemporânea. *Cadernos de Psicopedagogia*, 8(14), 41-52. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1676-10492010000100004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-10492010000100004&lng=pt&tlng=pt).
- Wendt, G. W.; Lisboa, C. S. M. (2013). Agressão entre pares no espaço virtual: Definições, impactos e desafios do *cyberbullying*. *Psicologia Clínica*, 25(1), 73-87. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652013000100005>.
- Wendt, G. W.; Lisboa, C. S. M. (2014). Compreendendo o fenômeno do *Cyberbullying*. *Temas em Psicologia*, 22(1), 39-54. <http://doi.org/10.9788/TP2014.1-04>.

Recebido em: 18 de julho de 2019  
Aprovado em: 01 de dezembro de 2021